

Para se escrever uma História do Brasil: a guerra pelo passado na cultura histórica oitocentista brasileira.*

Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UERJ/UFRJ. Pesquisador do CEO/PRONEX. CNPq/FAPERJ))

A historiografia como campo de estudos entre nós só recentemente tem se afirmado, prisioneira de algumas tradições que consideravam-na um ramo menos significativo e importante da pesquisa histórica. Em muitos casos até uma área mais afeita às interrogações dos filósofos da história do que propriamente dos historiadores de ofício. Muito recentemente é que os cursos de Graduação passaram a integrar os estudos historiográficos como parte da formação dos historiadores ainda que velhas concepções acerca do trabalho com a historiografia presidam em muitos casos os estudos desta natureza. De institucionalização relativamente recente no cenário intelectual brasileiro, estaria a disciplina histórica atingindo aquele momento em que uma reflexão sobre os próprios procedimentos de produção do conhecimento nesta área torna uma investigação de ordem historiográfica necessária e significativa? Pierre Nora em sua introdução à grande obra “Os lugares de memória”¹ sugere um caminho de interpretação que nos parece fecundo para a compreensão do momento particular da produção acadêmica de história na França, que torna a reflexão em torno da historiografia particularmente significativa: combinando uma reflexão sobre a história da disciplina a um conjunto de questões de natureza epistemológica, a disciplina histórica buscaria superar os impasses de uma tradição apontando para novos horizontes de pesquisa. Sugere, portanto, que a interrogação de natureza historiográfica partilha de um certo esforço de repensar os rumos da disciplina numa era de maturidade, quando os balanços podem significar igualmente novas possibilidades de questionamento. A partir de uma percepção cada vez mais acelerada do tempo, a uma velocidade que parece condenar o próprio presente a um esquecimento, os esforços sociais para a “preservação” do passado assumem cada vez mais sentido em nossas sociedades contemporâneas. Uma particular cultura histórica parece se delinear como possibilidade de preencher o passado de significados os mais variados, todos eles, contudo, procurando reafirmar o sentido de continuidade, durabilidade e permanência frente às descontinuidades e incertezas do tempo presente. No horizonte, um novo regime de historicidade parece se configurar definindo novas exigências e demandas ao passado como História.² Neste sentido pensamos que a historiografia como campo específico e peculiar de investigação histórica deva ser compreendida como parte de uma cultura histórica que supõe inúmeros outros dispositivos coletivos de produção de sentido e significado para o passado. Este, como nos ensina Jan Assmann³, não é a matéria do historiador, sua existência pura e simples não nos assegura o conhecimento e o sentido deste passado. É preciso que transformado em história torne-se objeto de interrogação e investigação de um profissional, o historiador. Desta maneira a historiografia interroga-se de maneira sistemática sobre as diferentes formas e maneiras de transformar-se o passado neste objeto de investigação, materializado num conjunto de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de

* Este texto é uma versão preliminar e integra-se ao projeto de pesquisa que venho desenvolvendo intitulado “Cultura histórica oitocentista no Brasil”.

¹ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. I. La République. Paris: Gallimard, 1984. Ver especialmente a introdução Entre mémoire et Histoire. La problématique des lieux.

² HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

³ Assmann, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: Beck, 1999.

seu próprio esforço de construção identitária. O passado como parte da construção do presente e também como desejo de projeção para o futuro, como projeto social, inscreve a investigação de natureza historiográfica necessariamente numa teia em que o diálogo com outros campos da pesquisa histórica se faz necessário. Nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteon dos nossos clássicos. Interroga-lo é tarefa da historiografia, procurando deslindar as tramas que tornam operativa e necessárias estas escolhas, dentre um leque de outras possíveis. Reconstituir estes cenários de disputas e tensões em que ações eletivas são acionadas ajudam-nos a compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana.

Em primeiro lugar, portanto, o trabalho historiográfico nos impõe uma interrogação da memória e de suas artimanhas, voltadas para a sacralização dos objetos sobre os quais se debruça. Igualmente as relações com a cultura histórica se tornam indispensáveis para compreender a historiografia como parte de um esforço maior em tornar o passado objeto de interesse e investigação. É Stephen Bann⁴ com seu instigante trabalho intitulado “*The clothing of Clio*” quem nos apresenta algumas possibilidades de percepção destas relações. Se a disciplina História assume o papel hegemônico nesta tarefa de inquirir o passado, este transborda como interesse os limites da disciplina e manifesta-se em diferenciados campos da vida social. Se nosso trabalho de investigação supõe os textos escritos, em sua materialidade, como a fonte por excelência da reflexão a ser desenvolvida, a história do livro e da leitura pode trazer algumas sugestivas indicações para este trabalho. Reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto significa igualmente reinscreve-lo no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo um certo tipo de leitor.

A partir destas considerações o presente texto pretende se debruçar sobre três importantes reflexões em torno de como se pensou a escrita de uma história nacional no Brasil do século XIX e que vieram à luz nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁵ Estes textos integram um conjunto mais amplo de contribuições apresentadas ao IHGB e publicadas pela revista tendo como temática central a concepção de modelos para a escrita da história do Brasil. Destes, certamente foi o de von Martius, premiado pelo Instituto, aquele que mais ganhou notoriedade, definindo alguns dos mitos fundadores desta escrita nacional., mas que não será objeto neste momento de nossas considerações.

Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), um dos fundadores do IHGB, juntamente com Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), inicia seu discurso no ato de instalação do Instituto Histórico estabelecendo, através de um recurso retórico – a citação de uma passagem do discurso de Alexandre de Gusmão quando de sua posse na Academia Portuguesa de História - uma filiação que igualmente aponta para alguns dos sentidos concebidos pelos letrados oitocentistas em relação à História. O discurso, para além de

⁴ BANN, Stephen. *The clothing of Clio. A study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

⁵ São os seguintes os textos considerados neste momento:

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. *RIHGB*. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, (3):121-7. 1841.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, (26):121-43. 1863.

marcar uma fundação, a possibilidade de uma escrita nacional, igualmente define o sentido político desta mesma escrita para uma Nação em gestação: o conhecimento do passado, agora organizado segundo princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada. No mesmo movimento, as palavras de Januário da Cunha Barbosa definem para o IHGB o papel de coordenador desta atividade de escrita da história nacional, através de um trabalho de “administração do passado”, regulando não apenas a coleta de fontes indispensáveis para a sua escrita, como também definindo a agenda dos temas considerados centrais para esta mesma tarefa. Reunido no IHGB, o material espalhado pelas diversas províncias deveria constituir-se em um passo inicial e fundamental para a possibilidade de uma escrita desta história e da geografia nacional, implicando necessariamente num trabalho coletivo sob coordenação centralizada. Este modelo de organização de escrita tem sua fonte de inspiração em projeto levado a cabo no Instituto Histórico de Paris, criado alguns anos antes na capital francesa e na esteira dos movimentos políticos associados à revolução de julho de 1830, que contava entre seus membros alguns dos futuros sócios e ativos participantes do IHGB. Este trabalho, segundo os termos indicados por Januário da Cunha Barbosa, objetivava pela organização criteriosa das fontes, a luta contra o esquecimento dos “fatos memoráveis”, tarefa somente alcançável pela *“imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador”*.⁶

Em primeiro lugar, portanto, o trabalho da escrita da história, é o de fixação de uma memória concebida em seus aspectos físicos – a definição das marcas naturais desta Nação em construção – e morais – os fatos memoráveis do passado, seus personagens e vultos a serem reverenciados. Este trabalho de fixação de uma memória objetivaria ainda contrapor-se aos escritos existentes acerca do Brasil, considerados inadequados para este trabalho de fixação daquilo que entendiam como uma correta memória, uma vez que resultante de um trabalho criterioso. O objetivo maior deste trabalho seria então possibilitar uma correta emulação da glória nacional. O sentido político colado a este esforço para a constituição de uma escrita nacional da história, na verdade não é uma particularidade do caso brasileiro, evidentemente, devendo ser esta interpretada como parte de um movimento próprio à constituição das nações modernas no século XIX. Importa-nos, no entanto, compreender como este procedimento próprio a uma cultura política, toma corpo na sociedade brasileira na primeira metade do século XIX. As palavras de Januário da Cunha Barbosa são a este respeito claras quanto à concepção de história que informava este projeto posto em curso naquela academia de letrados. Diz ele: *“Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às forças de um só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-á fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil.”*⁷

A história geral e filosófica do Brasil, segundo as palavras de Januário da Cunha Barbosa, constituiria um corpo integrado por membros, os *“trabalhos e observações de muitos brasileiros esclarecidos das províncias do Império”*, segundo os princípios de uma história filosófica. De acordo com esta concepção, recorrente em inúmeros textos que tem como

⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. RIHGB. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p.4

⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. RIHGB. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p.4. Grifo nosso.

proposta a definição de formas para a escrita da história nacional, quer a Natureza, quer a História, poderiam ser objeto de uma Filosofia, vale dizer de um conhecimento sistemático, ordenado, capaz de desvendar por detrás da dispersão dos fenômenos observados a unidade de um sistema e sua racionalidade. Assim, as partes são fundamentais para o conhecimento do todo e por isso a necessidade de um trabalho de coleta para o reconhecimento das partes visando constituir este todo, que seria a própria história nacional, concebida como o encadeamento de “*seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução filosófica, e com luz pura da verdade*”.⁸

Importa, contudo, considerar segundo os dispositivos desta história, concebida como filosófica, a própria concepção de acontecimento, matéria prima por excelência desta narrativa de uma epopéia nacional e segundo as palavras de Januário da Cunha Barbosa, “*tesouro inesgotável de honrosa recordação*”. Vemos que não apenas os acontecimentos políticos são dignos deste relato, mas também a narrativa das marcas naturais deve compor os quadros desta história nacional, definindo para a geografia um papel igualmente importante para a escrita da história. Se por um lado, a defesa de uma história filosófica se mostra como caminho necessário para se pensar a história nacional brasileira, por outro é preciso demarcar com clareza que este sentido de sistema que deve presidir sua escrita não deve se constituir numa abstração prévia a conduzir o trabalho do historiador/pesquisador, e sim deve ser inferido a partir da pesquisa e coleta dos dados, dosando à razão própria dos procedimentos filosóficos, a imaginação necessária para o que acreditava ser possível: **a ressurreição do passado**. Sua referência explícita é ao historiador francês Prosper de Barante (1782-1866), cuja obra *l'Histoire des ducs de Bourgogne* (1824-1826) deslança importante polêmica relativa à escrita da história, concebida por ele como “pitoresca e descritiva” por oposição a uma escrita filosófica. Seu prefácio à História dos duques de Borgonha, é um manifesto explícito em defesa de uma escrita capaz de devolver aos acontecimentos do passado sua cor local, livrando-os dos julgamentos e valores do escritor contemporâneo, segundo o procedimento que identifica como sendo característico de uma história filosófica.⁹ Para Barante, a semelhança entre a narrativa histórica e a poesia advinha do fato de que ambas fariam à imaginação, ainda que a primeira devesse por sua natureza, ater-se à verdade positiva dos fatos. Estabelece desta forma uma distinção clara entre as duas formas de escrita, que somente num passado remoto estiveram confundidas sob a forma da epopéia. A imaginação como instrumento para a narrativa do historiador permitiria que a existência de povos e indivíduos do passado pudesse ser evocada e novamente trazida à vida diante de nossos olhos.¹⁰

⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. *RIHGB*. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p. 5.

⁹ « *Il y a même quelques fois dans ces jugements, tels éminents qu'ils puissent être, une sorte d'inexactitude habituelle. Se plaçant, pour prononcer sur le temps passé dans le point de vue du temps actuel, l'écrivain ne peut pas toujours apprécier avec justice les actions ni les hommes ; ils les rapporte à une échelle morale qui n'était point la leur. Les faits n'étant pas mis sous nos yeux avec toutes leurs circonstances, nous nous étonnons de ce qui était simple ; nous attribuons à l'individu ce qui était de son temps ; nous nous indignons contre une acte qui se présente à nos yeux comme isolé et entièrement libre, tandis qu'il était conforme aux mœurs d'un peuple, et amené par le train ordinaire des choses.* » BARANTE, Prosper. *Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477*. In : GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris : Seuil, 2002. p.86-123. p.91.

¹⁰ « *Ce qu'on veut d'elle [de l'histoire], ce sont des faits. De même qu'on observe dans ses détails, dans ses mouvements, ce grand drame dont nous sommes tous acteurs et témoins, de même on veut connaître ce qu'était avant nous l'existence des peuples et des individus. On exige qu'ils soient évoqués et ramenés vivants sous nos yeux : chacun en tirera ensuite tel jugement qu'il lui plaira, ou même ne songera point à en faire résulter aucune opinion précise. Car il n'y a rien de si impartial que l'imagination : elle n'a nul besoin de*

Para Januário da Cunha Barbosa, seguindo as sugestões de Prosper de Barante, a narrativa histórica deveria ser capaz de restituir os eventos a seus cenários originais, conferindo novamente vida àquilo que pela passagem inexorável do tempo fora condenado à morte. Neste sentido, a narrativa histórica nacional idealizada por este fundador do IHGB, compartilha dos princípios norteadores de uma cultura histórica oitocentista, voltada para a luta contra a morte, representada pelo esquecimento, num esforço, semelhante ao do taxidermista moderno, preocupado em restituir a aparência de vida a seus animais empalhados.¹¹ Vejamos como se expressa a respeito o cônego Januário da Cunha Barbosa:

“A história seria, portanto, incompleta, descoberta e árida, se ocupando-se unicamente de resultados gerais, por uma mal entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias se desembarquem a inteligência dos leitores. A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e nossa simpatia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram aqueles que nos precederam na cena do mundo: é isso o que fala à nossa imaginação, é isso o que ressuscita, por assim dizer, a vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas. Só desta arte a história nos pode oferecer importantíssimas lições; ela não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um maquinismo, que concorrem ao desempenho dos fins do seu inventor. A história os deve pintar tais quais foram na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-se responsáveis por suas ações.”¹²

Finalmente, Januário da Cunha Barbosa aponta uma última e importante vantagem para a escrita da história, que deve ser objeto das tarefas do Instituto: citando Alexandre de Gusmão, entende que o seu estudo deveria ser como um seminário de heróis e para tanto deveria aquela instituição de letrados dedicar-se, à maneira de Plutarco na Antiguidade, organizar a biografia brasileira, capaz de oferecer às gerações de nacionais, os exemplos de virtudes a serem imitadas, sinalizando desta forma para um conjunto de lições a serem úteis para o exercício dos deveres em sociedade.¹³

O segundo texto é de autoria de Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855) e procura responder a questão formulada pelo Instituto, em sessão de 24 de novembro de 1840, a respeito do *“melhor meio para obter o maior número possível de documentos relativos à*

conclure ; il lui suffit qu'un tableau de la vérité soit venu se retracer devant elle. » BARANTE, Prosper. Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477. In : GAUCHET, Marcel. Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique. Paris : Seuil, 2002. p.86-123. p.101.

¹¹ A este respeito consultar o instigante trabalho de Stephen Bann. The Clothing of Clio. London: Cambridge, 1984.

¹² BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. RIHGB. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p. 6.

¹³ *“A nossa história abunda de modelos de virtudes; mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subseqüentes. O Brasil, senhores, posto que em circunstâncias não semelhantes às da França, pode contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado que os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e os lugares, para que sejam melhor percebidos pelos que anhelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional.”* BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. RIHGB. Rio de Janeiro, (1):9-17. 1839. p. 9.

história e geografia do Brasil” dando evidentemente continuidade a uma preocupação em torno de uma escrita da história a partir de fontes reunidas e preservadas para esta finalidade. Este procedimento não apenas sinalizava em direção aos novos cânones para uma escrita da História, formulados de maneira emblemática por Leopold von Ranke, como também expressavam, sobretudo na visão de Januário da Cunha Barbosa, o sentido desta pesquisa documental para o trabalho de ressurreição do passado. Seguindo as sugestões de Barante, o uso da documentação, sobretudo oficial, permitiria de forma exemplar perceber “os costumes e a cor do tempo, que nesses documentos mostrar-se-ia em ação”¹⁴. A primeira sugestão contida no texto de Rodrigo de Souza da Silva Pontes diz respeito ao trabalho de levantamento dos arquivos espalhados pelo território do Império, objeto de um circunstanciado relatório ao Instituto, a partir dos procedimentos da crítica documental erudita, preocupada em definir autenticidade dos documentos assim como sua importância para as finalidades de uma escrita da história nacional. Este método de trabalho deveria ser coadjuvado pelas “viagens científicas”, que viriam a ser estimuladas pelo IHGB como forma de reconhecimento do território, segundo as demandas do Estado nacional, reeditando em certa medida os procedimentos que informavam este tipo de viagem na cultura ilustrada do setecentos. Segundo os critérios que presidiam este tipo de deslocamento, não apenas o território deveria ser reconhecido e ocupado, agora segundo a lógica que organizava as exigências de um Estado nacional monárquico, como também um valor de natureza epistemológica parecia se delinear, implicando num conhecimento assentado sobre as bases da autópsia.¹⁵ O deslocamento no espaço, sobretudo para as regiões do interior do império brasileiro, viabilizaria também uma experiência de natureza temporal, a constatação de tempos sociais diversos coexistindo num mesmo espaço que se deseja agora unitário: o território da Nação. É, portanto a partir destas experiências de deslocamento no território, grande parte delas realizadas ainda, por ordem da Coroa portuguesa no século XVIII, cujos relatos e memórias serão recuperadas pelo Instituto, que as questões referentes à cronologia da história nacional levando em consideração as populações indígenas serão tematizadas no interior do IHGB.

Passemos ao terceiro texto que pode nos ajudar a pensar esta escrita de uma história nacional, segundo os propósitos daqueles homens de letras reunidos em torno do IHGB. Seu autor, Raimundo José da Cunha Matos, igualmente um dos fundadores da instituição, tem seu texto publicado no número de 1863 da revista, ainda que tenha sido produzido anteriormente, uma vez que em 1839 falecera seu autor. Raimundo José da Cunha Matos inicia seu trabalho sustentando que uma história geral do Império do Brasil ainda não poderia ser escrita, uma vez que faltavam as histórias particulares ou das províncias a partir das quais, então, poder-se-ia escrever a história geral do Império. Dois problemas são enunciados pelo autor da “**Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil**” que dificultariam esta escrita da história nacional: de um lado o que existe sobre ela antecede a Independência e são obras de estrangeiros, marcadas, portanto, por este olhar, e segundo nosso autor estariam cheias de “falsidades a respeito do povo do Brasil”; de outro lado a documentação existente não

¹⁴ BARANTE, Prosper. Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477. In : GAUCHET, Marcel. Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique. Paris : Seuil, 2002. p.86-123. p. 106.

¹⁵ “As excursões científicas porém não se destinam somente a coligir cópias, desenhos, ou descrições de monumentos. Pontos há de História e Geografia referidos, ou indicados pelos diversos escritores de maneira oposta e contraditória. Alguma vez sucede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exatidão, sem exame e conhecimento dos lugares em que se passaram as cenas relatadas, ou sem determinar, segundo os princípios da ciência, a posição geográfica desses mesmos lugares.” PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. RIHGB. Rio de Janeiro, (3):121-7. 1841. p. 14.

fora ainda submetida “ao escalpelo da boa crítica”, não podendo por isso integrar esta narrativa de uma história nacional segundo novos padrões. O autor apresenta um conjunto de fontes, que segundo ele seriam referências centrais para o trabalho de elaboração de uma narrativa nacional, organizando desta maneira um repertório canônico a partir do qual esta cultura escrita da história deveria ser constituída. Igualmente aponta para o estabelecimento de uma cronologia que deveria organizar estes mesmos procedimentos escriturários: “A primeira época que eu apresento é dos aborígenes ou autóctones, em a qual infelizmente andaremos quase às apalpadelas, por falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirvam ao menos para dar uma certa cor de probabilidade às nossas conjecturas. Esta parte da história do Brasil existe enterrada debaixo de montanhas de fábulas, porque cada tribo ao mesmo tempo que apresenta origens as mais extravagantes, não sabem dar razão clara das suas emigrações, e a atual residência e para cada uma delas um século dos nossos, é a eternidade”¹⁶.

Ao marcar a primeira época de uma cronologia da narrativa histórica nacional, Raimundo José da Cunha Matos estava igualmente apontando um dos temas centrais com o qual ocupar-se-iam aqueles letrados voltados para a escrita desta história do Brasil. Basta seguirmos as páginas da revista do IHGB para constatarmos a importância conferida a este tema quando das reflexões em torno da história no Brasil. Neste sentido, seu texto é bastante explícito quanto à necessidade dos estudos de natureza etnográfica e lingüística como forma de produzir conhecimento seguro sobre estas populações. Igualmente a arqueologia, concebida segundo as regras de uma interrogação da Natureza, poderia contribuir para desvendar os mistérios de uma cronologia que não se deixava captar pelos registros comuns de uma cultura fundada na escrita. A segunda época desta cronologia abarcaria os tempos do descobrimento e da administração portuguesa e finalmente a terceira época o período que se inicia com a separação da metrópole portuguesa e com a adoção do sistema de governo imperial. Curiosamente seu maior empenho está em organizar o conhecimento acerca da primeira época desta história, aquela que igualmente aparece como a mais obscura, porque ainda não submetida às regras existentes para uma escrita da história, a partir de uma matriz científica, segundo o modelo em gestação pela cultura histórica oitocentista.

¹⁶ MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil. RIHGB. Rio de Janeiro, (26):121-43. 1863. p. 46.